

A Família como Núcleo Socializador

Ana Cristina Brito Arcoverde (Org.)
Adriana Lenira Fornari de Souza et alii
In: *Mediação de Conflitos e Família: Uma Visão Psicossocial da Intervenção no Judiciário*. Recife. Editora Universitária da UFPE, 2002. pp. 29-41.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos, das crianças. É freqüente a afirmação da família como matriz dos vínculos sociais, biológicos, afetivos, emocionais, jurídicos-políticos. Por fim, diz-se que a família é a célula básica da sociedade.

É na família que se processa a construção da identidade. É nela onde se dá a relação primária da criança com a mãe, com o pai, com os irmãos, construindo-se no imaginário as figuras parentais. Na família desenvolvem-se os laços afetivos e o relacionamento. É a família que torna as pessoas saudáveis e estruturadas como núcleo socializador.

Cada família, no entanto, tem uma forma de organização, uma trajetória de vida. Cada família é um tipo de família, com tamanho, traços, ciclos de vida peculiares. É ainda espaço de produção, reprodução, consumo, distribuição e lucros. Mas, é verdade também, a afirmação de que existem crises das e nas famílias constituídas por novos arranjos e apresentando distúrbios – a crise aparece com perdas, ganhos, mas também com transferência e/ou mudança de papéis, de lideranças.

A família estabelece limites, nela se processa a comunicação entre os seus membros, conformando o ciclo da vida e fazendo com que a pessoa torne-se capaz de agir, reagir, perceber e responder ao contato com o mundo externo através da linguagem, dos processos cognitivos e do controle dos esfíncteres. É nela, enfim, que se dá a identificação com as figuras parentais, a identidade de gênero, processando-se a separação/individuação, é nela igualmente que se desenvolve a sexualidade, o isolamento, rivalidade e ódios.

A origem do nome família

Família é nome feminino e data do século XIV. Família vem do latim “famulus” que quer dizer escrevo doméstico. (Engels,1997). A expressão foi criada pelos romanos para designar um novo organismo social que surge entre as tribos latinas ao serem introduzidas a agricultura e a escravidão legal, pois o chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e um certo número de escravos, com poder de vida ou de morte sobre todos eles, donde se originou o paterpotesta ou pátrio-poder. Família refere-se a instituições e agrupamentos sociais bastante diferentes entre si, do ponto de vista de sua estrutura e funções, a saber: reprodução geracional como função específica ou exclusiva, política, econômica.

O termo família é utilizado largamente e em vários sentidos: amplo, restrito, figurativo.

Em sentido restrito, designa pessoas aparentadas, vivendo sob o mesmo teto, especialmente: o pai, a mãe e as crianças. Assim sendo, significa “ser parte” de um grupo de pessoas. Fundar uma família é ter uma ou várias crianças. A família, já afirmava Balzac, será sempre a base das sociedades.

Enquanto grupo social, possui um chefe que pode ser ou não o provedor das necessidades de seus membros. Neste contexto, pode-se dizer que uma criança abandonada é criança sem família, é órfã. Mas, implica também o “fazer parte” da família e que pode ser amigo da casa, seja doméstico, seja amigo.

Especificamente, as crianças que da família são parte, são aquelas saídas do casamento e possui o chamado progenitor ou encarregado da família, podendo ser amigo da casa, seja doméstico, seja amigo.

Neste sentido, ainda, é utilizada como grande família para nominar ou designar família numerosa.

Em sentido amplo, designa o conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento e por filiação ou, excepcionalmente, por adoção. Geralmente, nesta ótica é objetivada no Direito de Família e remete ao instituto do casamento. O Direito de Família a classifica em: monogâmica (um homem, uma mulher); poligâmica (um homem, várias mulheres); poliândrica (uma mulher, vários homens). Assim, membros de uma mesma família são considerados parentes. Por isso, é utilizada como: ramos de família, nome de família, nome patronômico. Mas, também, ao nome família acrescentam-se adjetivos que qualificam ou desqualificam a família por inteiro ou alguém da família, assim temos: família natural, ar de família, entrar na família (por casamento), estar em família, espírito de família. Ainda, pode ser utilizada em sentido amplo para referir-se à sucessão de indivíduos que descendem uns dos outros, de geração em geração. Nos livros sagrados, é comum encontrarmos referências à descendência, com a de Abraão.

A palavra família pode ser utilizada significando: descendência, geração, linhagem, posteridade, raça, sangüinidade, raiz, realeza, dinastia, boa família, filhos de família como situação privilegiada.

Família pode ainda ter sentido figurativo e referir-se a pessoas que têm caracteres comuns. E, desse modo, utiliza-se família para pensadores, escritores, artistas, políticos com idéias, atividades ou espíritos comuns.

Família é ainda utilizada para designar uma das grandes divisões empregadas na classificação dos animais, vegetais, bactérias e que agrupa os gêneros possuidores de certos traços gerais comuns. Também pode ser utilizada para classificar grupo de palavras, provenientes de um mesmo radical, por derivação ou composição.

De todo modo, faz referência à maternidade e à paternidade e é em torno de tal referência que desenvolveu-se o teste de DNA para identificar, por caracteres genéticos comuns, principalmente, a paternidade.

A história da família brasileira

De início, é preciso dizer que, no Brasil, a história da família é, no plural, dada à multiplicidade étnico-cultural e histórica da nossa formação social.

A formação de nossa nacionalidade/cidadania, se é que podemos afirmá-la, é resultante da miscigenação de três raças – negra, branca e indígena - seja constituída por ex-escravos e miscigenados de origem africana, indígena e portuguesa.

É preciso dizer que é o paradigma científico hegemônico (século XIX), baseado no racismo de inspiração biologista (espécie de darwinismo social influenciado pelo positivismo e pelo evolucionismo), que predomina até a atualidade.

A superioridade da raça branca de origem européia, ratificou velhos preconceitos sobre a barbárie e a inumanidade dos africanos eivados do racismo tradicional. Sustentou a dominação colonial escravista, inspirada no pensamento cristão tomista, presente na formação ibérica.

Mas, existem diferenças étnico-culturais e, portanto, diferentes famílias-padrão: a tradicional, a patriarcal, a extensa, outras famílias (indígena, africana), matrilinear, patrilinear, poligâmica, poliândrica, islâmica.

Os problemas de sociedade, geralmente, são atribuídos à desorganização familiar mas, é preciso atenção pois têm variadas causas: biológicas, diferenças culturais, qualidade das inter-relações, etc.

Na verdade, não existe um modelo padrão de organização familiar como uma possibilidade histórica, Por isso, vamos encontrar diferentes visões e/ou perspectivas de família.

Na visão tradicional/racista – a família é extensa, a mulher é dócil e passiva e as atividades são dirigidas para o interior do domus. Nas regiões nordeste e sul do país encontramos as mulheres administradoras do trabalho e substitutivas do homem ausente e ativo.

Ainda no interior da família tradicional/racista, desenvolvem-se práticas pedagógicas autoritárias, de caráter subordinado e submisso, repressivo, reprodutoras de normas e de disciplinamento e controle social ditados pela igreja. Essa visão aparece nos senhores brancos e no pensamento sobre a família africana – então escravizada pelo branco – sem condição humana, vivendo num mundo caótico, morando em senzalas submetidas à promiscuidade sexual, entendidas como bestas e animas, como violenta e apresentando estrutura irregular.

Essas duas visões de família estiveram presentes no período colonial e no imaginário social, inclusive com resquícios na família contemporânea.

Na visão republicana ou moderna – a família é a nuclear burguesa, construída de brancos europeus, mas nova em termos de organização devido ao instituto do divórcio, ao surgimento de nova parentela (filhos de outros casamentos) e da liberdade dos costumes e da vida sexual.

A mulher ocupa novo espaço na família e na sociedade, é educada para desempenhar o papel de mãe – ser a educadora dos filhos – e o suporte do homem que deveria labutar fora de casa, devendo ser boa mãe e mulher prezada.

Samara (1998) prefere dizer que “temos tendências na história da família brasileira, por que: a concepção de família única e genérica é insuficiente para abarcar a complexidade social do Brasil – colônia, império, república, variações no tempo, espaço e diferenças nos grupos sociais”; somos resultantes da transplantação e adaptação da família portuguesa, de tendência conservadora, conformando vários conceitos de família brasileira, patriarcal extensa, geralmente, família e parentela, representadas com significado comum.

O consenso é que a família brasileira é uma vasta parentela: verticalmente via miscigenação; horizontalmente, pelos casamentos de elite branca.

As famílias extensas, do tipo patriarcal, não foram predominantes no sul (de menor número e estruturas mais simples) e apresentam-se em formatos diversos: simples complexas, unidade conjugal extensa, grupos de sangue, núcleo doméstico, agrupando relações pelo parentesco. Mas, e as famílias ilegitimamente constituídas?

As uniões consensuais, as bastardas, o concubinato, as uniões estáveis e/ou esporádicas. Comportamentos presente e passado, cujos argumentos contrários da sociedade e da Igreja não conseguiram limitar.

Atualmente, as famílias tornaram-se cada vez mais complexas e apresentam resquícios dos vários modelos embora prevaleça o mito da existência da família extensa, sobretudo, na elite agrária local. Verifica-se um distanciamento da prática (não castidade, divórcio, tutela dos filhos) em relações ao plano legal.

Até o século XVI evoca-se a juventude e apresenta-se sempre o homem sozinho. Daí em diante a mulher passa a ser apresentada como heroína e dirigente de trabalho, formando o casal, ou melhor, a família do senhor. Com a constituição do casal, a presença na história da rua, da casa, para diferenciar o público do privado e o mercado, passou à separação das gerações com o surgimento da criança na família.

A nova idéia do século XV de hierarquia da família inclui a duração da vida e o instituto do casamento, além da presença dos criados ao lado dos pais.

Vem a divisão sexual e do trabalho, geração, patrimônio, sentimento de família, espaço público, privado, cidades ligadas por pontes, religiosidade, retrato de família, função religiosa, ex-voto, estado de família.

Família, como gênero moderno e a santificação da vida leiga, surge com o casamento religioso, aparece na Idade Média – séculos XVI e XVII, onde família significa (mesnie) e linhagem (laços de sangue). Até então, o sentimento de família era desconhecido, só contava a linhagem.

Família, como valores nascidos da coabitação, intimidade, governo da casa, vida na casa, sentimentos de infância, faz parte da modernidade. Na família moderna separa-se o mundo, pais e filhos solitários. No século XVIII, estende-se a outras camadas sociais.

Família e Socialização

A vida humana tem início com o nascimento. A primeira condição que experimentamos é a de sermos criança. A condição de criança envolve múltiplos relacionamentos: com o corpo, com o ambiente, com outras pessoas que nos cercam.

Na condição de crianças sofremos incursões, as mais variadas, do ambiente físico e social.

O nascimento representa nossa entrada no mundo que nos oferece uma riqueza infinita de experiências sociais e não sociais. Experimentamos sensações de prazer, conforto, desconforto físico etc. É o que se chama de interação.

Desde o início, a criança desenvolve interação consigo mesma, com o ambiente físico e com outros membros do grupo.

Na maioria das vezes, a sensação de desconforto ou não conforto, resulta da ação ou omissão de outros indivíduos. A experiência social de cada criança é de extrema importância face aos laços e ou vínculos com outros seres humanos. A experiência relativa aos outros indivíduos constitui o ponto crucial de toda experiência.

São os outros que criam os padrões por meio dos quais se realizam as experiências. E é somente através desses padrões que o organismo consegue estabelecer relações estáveis com o mundo exterior.

Ao processo pelo qual a criança, o indivíduo, aprende a ser um membro da sociedade, designamos de socialização. A socialização é a imposição de padrões sociais à conduta individual. Assim, os padrões impostos durante o processo de socialização são relativos e dependem não somente das características individuais dos adultos que cuidam da criança, mas também dos vários agrupamentos a que pertencem esses adultos. E, ainda, devemos considerar que, do ponto de vista da criança, os mesmos padrões são sentidos de forma bastante absoluta, além do viés de classe que perpassa não só o sentido de pertencimento, mas condiciona o processo de socialização e, mais particularmente, o processo de socialização primária.

A família, como grupo social e parte construtiva da sociedade, realiza a socialização de seus membros (cit. Berger Lukmann, 74.173), e o faz em três momentos: exteriorização, objetivação e interiorização. O membro de uma família exterioriza seu próprio ser no mundo social e interioriza-o como realidade objetiva.

O indivíduo ao nascer ainda não é membro da sociedade, mas já nasce predisposto à sociabilidade.

Inicialmente, vivencia um momento de interiorização ou apreensão/interpretação imediata de um acontecimento objetivo, como dotado de sentido. A interiorização constitui a base primeira da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo, a apreensão do mundo como realidade –

que é a casa dotada de sentido, é o assumir o mundo no qual os outros já vivem, mas também, de transformá-lo, recriá-lo, posteriormente. Estabelece-se um nexos de motivações que se estende para o futuro. Importante é o fato de haver então uma contínua identificação mútua entre as pessoas. Vivemos e participamos do mundo.

Com a interiorização o indivíduo se torna membro da sociedade.

Assim, a socialização é entendida como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade. A socialização primária é a primeira socialização que experimentamos como membro da família e da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz o indivíduo, já socializado, em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade.

É evidente que a socialização primária, aquela que se processa no grupo familiar, tem valor mais importante e é a que estrutura a secundária, marcada pela divisão do trabalho e distribuição social do conhecimento.

A mediação entre o indivíduo e o mundo é realizada inicialmente pela família, que filtra escolhas a partir de sua localização na estrutura social e em razão de sua idiossincrasia individual.

O mundo social é “filtrado” para o indivíduo através da família. Assim, a criança das classes menos abastadas, absorvem uma perspectiva própria da classe a respeito do mundo social, com coloração particular que lhe é dada pelos seus pais ou outros indivíduos encarregados de sua socialização primária. A mesma perspectiva pode zerar ou introduzir sentimentos, estados de espírito, de contentamento, resignação, ressentimento, rebeldia. O que diferencia os mundos das crianças são famílias com mais ou menos recursos, valores, etc. Além do aprendizado cognoscitivo, é preciso lembrar das circunstâncias carregadas de emoções.

De qualquer forma, a interiorização só se realiza quando há identificação, a criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, interioriza-os como seus. A criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, que adquirir identidade coerente e plausível. A personalidade é uma entidade reflexa que retrata as atitudes tomadas pela primeira vez pelos outros significativos com relação ao indivíduo.

Identidade é, objetivamente, definida como localização num certo mundo e só pode ser apropriada junto com este. Identidade que se processa pela aprendizagem do nome, localização social, lugar no mundo. Constrói-se o primeiro mundo do indivíduo – o mundo da infância, lhe instilando uma estrutura nômica, que permanece sendo o “mundo doméstico”. As implicações sociais da infância variam de sociedade para sociedade no que se refere às qualidades emocionais, responsabilidade moral, capacidade intelectual, etc. A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado foi estabelecido na consciência do indivíduo. Mas, a socialização nunca é total, nem jamais acabada.

Já a socialização secundária é a interiorização de submundos institucionais ou baseada em instituições. Depende, em extensão e caráter, da divisão de trabalho e distribuição social do

conhecimento. Exige a aquisição de vocábulos específicos de funções, interiorização de campos semânticos que estruturam interpretações e condutas de rotina em uma área institucional, são as realidades parciais.

Reinventando a Família e a Socialização

A família, na última década, adaptou-se para entender às novas aspirações dos indivíduos. Tornou-se um espaço privilegiado de solidariedade interpessoal e de realização própria.

No final dos anos 60 e na década de 70, a família foi rejeitada por reprimir a verdadeira identidade das crianças e dos adultos conformistas. O fim da família parecia iminente. Os jovens começaram a viver juntos sem o casamento, os adultos passaram a se divorciar, os homens foram obrigados a partilhar com as mulheres o trabalho assalariado e a autoridade na família: a instituição desorganiza-se, aumentam os nascimentos fora do casamento legítimo e/ou legal que deixou de ser a referência para a vida a dois e a base da educação das crianças.

Hoje, a família “TRADICIONAL” que exigia o respeito à instituição e à divisão do trabalho entre os sexos, encontra-se desestabilizada.

Mas, é preciso entender que esse processo de destruição convive com a reconstrução do mundo doméstico, pouco perceptível, e os instrumentos existentes para apreender o sentido das novas famílias não mais dão conta dessa realidade porque foram construídos para apreender a família tradicional. Atualmente, o volume de separações e divórcios, provocados pelo primado do AMOR sobre instituição, fragilizam o casal. As famílias recompostas, mono parentais, concubinas, coexistem com as famílias do primeiro casamento.

Essas transformações assinalam a importância de uma maior atenção ao desenvolvimento pessoal dos membros do grupo doméstico. A família tem por objetivo produzir seres obedientes submetidos à hierarquia familiar e social.

Ela cria um ambiente no seio do qual os pequenos e os grandes sentem-se reconhecidos, primeiramente, como pessoas originais. É desse modo que a família torna-se um espaço de referência para a construção da identidade íntima.

A criança deve ser respeitada em sua natureza e os pais devem objetivar sua transformação em formação de princípios externos, devem ajudar os filhos a se tornarem eles mesmos. O trabalho de revelação de si mesmo é central nas famílias contemporâneas.

O mesmo trabalho é observado na relação conjugal – o homem e mulher amorosos, vivem uma relação de companhia na qual eles poderão expressar, com o apoio do outro, toda a sua personalidade.

Uma nova família nasceu mais centrada nos indivíduos e na qualidade das relações interpessoais. Trata-se da “família relacional e individualista”.

Dos meados dos anos 80 para cá, a família tornou-se novamente atraente – já que um dos princípios fundadores é o respeito – tanto aos pequenos quanto aos grandes, e, tanto às mulheres

quanto aos homens. Uma certa igualdade de tratamento caracteriza agora o grupo familiar - e isto é uma novidade histórica. Tanto que a ONU definiu, em 1994, a família como “a pequena democracia no coração da sociedade”.

Contrariamente às famílias tradicionais, nas contemporâneas, o chefe de família foi suprimido (a autoridade paterna passou a ser “parental”), em prol de um modo de controle onde sejam válidas sobretudo as negociações entre os cônjuges, entre os pais e as crianças, entre parentes.

Desse princípio de respeito ao indivíduo como pessoa, decorrem importantes conseqüências. Uma delas é o Pacto Civil de Solidariedade (PACS), adotado na França, em 1999, pelo qual o Estado reconheceu um contrato de casamento diferente entre um homem e uma mulher, entre dois homens e entre duas mulheres, uma outra forma política organizacional e de compromisso.

Trata-se de uma evolução legal: a vida privada é possível entre dois indivíduos sejam quais forem o sexo e escolha sexual. O reconhecimento da homossexualidade possível na vida conjugal significa que a pessoa não se define em primeiro lugar como referência a esse elemento de sua identidade. O Estado não determina mais critério a priori para contrato base de uma vida a dois, fora o livre consentimento e a proibição da poligamia. As pessoas são livres para se gostar, independente do critério que era, e ainda é, exigido pelo casamento.

O relacionamento dos casais homossexuais apresenta uma nova questão no que se refere à possibilidade para que esses casais se tornarem pais por meio da adoção.

A homoparentalidade hoje está em processo de reconhecimento, seja a curto, médio ou longo prazo. Os argumentos utilizados para o pacto são os de que: para se desenvolver plenamente, a criança precisa ser amada. O que interroga a competência para educar. Mas, inexistem trabalhos científicos que respondam a tal questionamento com argumentos bem fundamentados. Os estudos remetem a escolhas éticas, a concepções diferentes da evolução da humanidade e do indivíduo.

Mas, a definição de “pessoa” que remete à história do individualismo no Ocidente (Taylor in *Les Sources du Moi*, Seuil, Paris; 1998) – parece tornar-se progressivamente dominante, o modelo dos pais, ainda não terminou de ser abalado. Acrescentam-se ainda as novas técnicas de reprodução, clonagem, etc.

Para viver, reproduzir-se e reconstruir-se, os homens e as mulheres organizam a sua vida privada de acordo com modalidades diversificadas que remetem, em grande parte, às necessidades da sociedade na qual se encontram. Agora, mais do que nunca, remetem às necessidades afetivas.

Incontestemente é o fato de que a família se transformará ainda mais no campo da filiação, nas relações conjugais, já que a igualdade ainda não é completa e as mulheres ainda são responsáveis pela maior parte do trabalho doméstico e educativo e nas relações entre pais e filhos, porque o direito das crianças ainda engatinha. Embora a família seja o núcleo socializador por excelência, seu futuro está em aberto, tendo em vista a sua capacidade de adaptação, mudança e transformação, comprovadas nos, pelo menos, últimos 30 anos do século XX.

Bibliografia

BERGER, P. e Luckmann, T. A construção social da realidade, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1974.

BERGER, P. e Berger, B. Socialização: como ser um membro da sociedade, In Construção social da realidade, Rio de Janeiro, Vozes, 1974.

CARVALHO, Maria do Carmo de (Org.) A família contemporânea em debate. São Paulo. Ed. Cortez, 1995.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um olhar sobre a organização das Famílias o Brasil. pp. 26-46. In KALOUSTIAN, S. M. (Org.) Família Brasileira, a base de tudo. São Paulo. Cortez, 1994.

SAMARA, Eni de M. Tendências atuais da história da família no Brasil. Pp. 25 – 36. In, MENDES DE ALMEIDA, Ângela et al. Pensando a família no Brasil – da colônia À modernidadel. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. UFRJ, 1987.

SINGLY, François. Reinventado a família. In FRANÇA Label, nº 39, França, Revista Trimestral de informação do Ministério das Relações Exteriores da França. Abril, 2000.